



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens

Relatório

10 de maio de 2023

Presencial

1. Audição de entidades no âmbito do acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens

– Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP)

2. Outros Assuntos

1. Audição da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP)

A Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Cláudia André (PSD), deu as boas-vindas aos representantes da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) e recordou a respetiva grelha de tempos da audição.

Os representantes da AEEP referiram o seguinte, em síntese:

- Defendem a liberdade de educação e a liberdade de escolha de escola para que cada família possa escolher os projetos educativos que querem para os seus filhos;
- Ao longo destes anos o Ensino Particular e Cooperativo (EPC) é um sistema que tem estado de fora dos apoios do Estado e isto é algo que os preocupa imenso e consideram que os seus alunos têm direito a ser tratados de igual modo;
- Têm muitos alunos que deveriam ser apoiados pelo SASE (Serviço de Ação Social Escolar), alguns, em grande número, estão a ser apoiados através dos contratos de associação e algumas famílias pelos próprios colégios;
- A atribuição dos computadores portáteis e dos manuais escolares são exemplos práticos de pequenos contributos que podiam ter sido dados às famílias e os associados acabaram por ter de resolver o assunto internamente quando podiam estar



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

integrados no sistema escolar e sobre este assunto já existem alguns pareceres da Provedora de Justiça;

- Por força da pandemia, fizeram um levantamento junto dos associados e na generalidade perceberam que existe um problema de natureza psicossocial nos alunos;
- Relativamente às provas de aferição, podiam ser um instrumento importantíssimo para obtenção de resultados, mas até agora não conseguem dizer claramente quais são as perdas de aprendizagem e em que ciclos acontecem;
- Têm uma análise interna, os associados efetuam uma análise interna, mas enquanto Associação não podem dizer que é assim em todo o setor pois os casos são muito diferentes, os alunos são muito diferentes, portanto essas dificuldades também serão forçosamente diferentes;
- Têm a certeza de que há um problema de aprendizagem, mas não conseguem quantificar e identificar em que ciclos e em que tipo de alunos;
- Aguardam os resultados do teste de diagnóstico que o IAVE (Instituto de Avaliação Educativa) realizou para poderem tirar algumas ilações para os associados já que contou com a participação de alguns colégios do ensino privado;
- Também aguardam os resultados do [PISA](#) (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) e do [TIMSS](#) (*Trends in International Mathematics and Science Study*) de 2020 e de 2022 para que possam fazer alguma comparação a nível europeu;
- Durante a pandemia, dentro do EPC, conseguiram integrar as tecnologias, na generalidade correu bem, particularmente naqueles colégios que têm 3.º ciclo e secundário, naqueles associados com colégios mais pequeninos só com 1.º e 2.º ciclo houve algumas fragilidades;
- É possível o trabalho autónomo dos alunos. Foi um passo importante e a ilação que tiram para o futuro é que a organização dos espaços, porque assim aprendem também com as tecnologias, e a organização dos tempos, porque também percebem isso com o trabalho autónomo, são aprendizagens muito importantes que estão a tentar não perder com os associados;
- Dentro da própria autonomia e dentro da flexibilidade curricular que querem assumir, querem também ter a liberdade de «deixem-nos trabalhar» e têm sentido da parte do Ministério e dos serviços centrais uma vontade de querer continuar a controlar. Açam que o próprio sistema educativo está a travar o processo e já o transmitiram por diversas vezes;
- O plano do Governo para a recuperação das aprendizagens no Estado limitou-se à questão dos créditos horários e isso é algo que para o EPC não resolve, o que resolve



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

são instrumentos diferentes, uma forma de estar diferente, muita autonomia e flexibilidade curricular;

- As provas de aferição estão claramente no sítio errado, as provas de avaliação estão exatamente a meio do processo, 2.º, 5.º e 8.º anos. Se não há pretensão em efetuar avaliação externa, pelo menos que as provas de aferição sejam efetuadas no final de cada ciclo;
- Estão muito interessados em contratar licenciados, as habilitações próprias serão suficientes, a questão da habilitação profissional seria resolvida internamente. Esta proposta já foi apresentada ao Senhor Ministro da Educação.

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Cláudia André (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Carla Castro (IL).

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da AEEP referiram o seguinte, em síntese:

- Esta dicotomia de público-privado é uma dicotomia que para a AEEP faz todo o sentido apenas do ponto de vista analítico porque são sistemas regulatórios diferentes, são escolas que depois têm regras diferentes para operar;
- A AEEP teve a iniciativa do Congresso das Escolas ao qual se associaram as duas Associações de Escolas Públicas e a Associação Nacional de Escolas Profissionais, estão com as Associações dos Diretores, também iniciaram o Congresso do Ensino Artístico Especializado, onde também juntaram o ensino público e o ensino superior, promoveram a formação de Diretores em conjunto com a ANDE (Associação Nacional de Dirigentes Escolares) e a ANDAEP (Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas);
- A recuperação das aprendizagens não é algo que tenha surgido com a pandemia, a recuperação das aprendizagens é algo que existe cada vez que um aluno não aprende. Com a pandemia podem ter sido muito mais alunos e muito mais severas, mas a lógica de que é uma coisa nova que antes não se fazia e que agora se faz e que os alunos vão recuperar um ano de perda de aprendizagens, parece difícil;
- O Governo foi bastante respeitador do que é a autonomia do EPC até porque o Plano é um *toolkit* pedagógico e de várias formas das tutorias, uma forma de propostas de organização diferente da escola ou de melhoria da leitura, etc., que estão disponíveis para as escolas;
- Enquanto Associação não conseguem dizer o que é que cada colégio está ou não a aproveitar do Plano, há um pacote de maiores recursos associados ao plano que não



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

se aplicam no privado, nem no privado com contrato de associação e, portanto, não têm opinião institucional sobre o conjunto das medidas;

- Cada colégio conhece bem os seus alunos, mas os dados que a AEEP conhece, a nível nacional, neste momento, dizem que não houve perda de aprendizagens;
- Na pandemia, a capacidade de transição para um ensino não presencial correu bem, ao nível de pagamentos, com pais enquanto pagadores, não houve quotas em atraso, não se viu contestação social, com exceção evidentemente do pré-escolar e da creche, foi um esforço enorme dos colégios e dos seus professores que tiveram que se reinventar. Na primeira paragem foi muito difícil, todos estavam a aprender, mas na segunda tudo funcionou;
- Deixarem reorganizar o tempo e o espaço escolar de outra forma pode levar a melhores aprendizagens. Se com trabalhos autónomos uma quantidade enorme de alunos estão a aprender, ficam uma várias horas que o professor pode dedicar àqueles que estão com mais dificuldades;
- Sobre os contratos de associação, na reunião da Comissão de Educação e Ciência disseram que a Portaria estava para publicação, foi um processo que foi resolvido em dezembro, mas que continua sem efeito por falta da publicação;
- No diálogo que têm tido com os Diretores há um grande empenho de toda a classe docente para resolver o problema e esse trabalho tem que ser feito em conjunta colaboração, tem de ser um trabalho colaborativo entre os professores e entre os alunos e é aqui que entra a autonomia das escolas e é por isso que é necessário agarrar os melhores alunos para possam trabalhar com os alunos mais fracos, e possam fazer um trabalho de parceria.

2. Outros Assuntos

Equacionada a calendarização das visitas a escolas e das restantes audições, foi consensualizado o seguinte:

- Visitas a escolas:
 - ✓ 29/5 (segunda-feira, dia inteiro) – [Agrupamento de Escolas Garcia de Orta](#) e [Agrupamento de Escolas Manoel de Oliveira](#), no Porto;
 - ✓ 31/5 (quarta-feira, manhã) – [Agrupamento de Escolas dos Templários](#), em Tomar;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- ✓ 6/6 (terça-feira, dia inteiro) – [Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve](#), na Covilhã.
- Audições:
 - ✓ 24/5 – Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), conjuntamente com a Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE);
 - ✓ 7/6 – Agência Ciência Viva.

Foi também consensualizado que neste momento não será agendada a audição do Ministro da Educação e do Secretário de Estado, que será realizada na reunião da Comissão, sendo que os mesmos prestaram informações sobre a aplicação do plano de recuperação das aprendizagens na audição regimental que teve lugar no dia 9 de maio.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2023.

A Assessora Parlamentar

(Sara Santos Pereira)